



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Apresentação: 10/05/2024 15:11:42,640 - CFT
PRL 1 CFT => PL 4323/2023

PRL n.1

Projeto de Lei nº 4.623, de 2023

(Apensado: PL nº 4.824/2023)

Institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele.

Autor: Deputado CABO GILBERTO SILVA

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I –RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do Deputado CABO GILBERTO SILVA, institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele.

Ao projeto principal foram apensados: PL nº 4.824/2023, de autoria do Deputado Zé Haroldo Cathedral, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele.

O projeto possui regime de tramitação ordinário (Art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões - Art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões de Saúde; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), nessa ordem.

Na Comissão de Saúde foi aprovado parecer com voto pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator, Dep. Ismael Alexandrino.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.



* C D 2 4 9 4 0 2 6 5 8 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “*a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor*” e como adequada “*a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual*”.

Da análise do projeto, do seu apensado e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, observa-se que estes contemplam matéria que já se configura como obrigação do Sistema Único de Saúde e, assim, encontra-se abrangida pelas dotações anualmente disponibilizadas, sem acarretar impacto orçamentário e financeiro nas despesas da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da **União** ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve *concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não*.



* C D 2 4 9 4 0 2 6 5 8 5 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Em face do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei 4.623, de 2023 (principal) e do PL nº 4.824/2023 (apensado), e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde.

Apresentação: 10/05/2024 15:11:42,640 - CFT
PRL 1 CFT => PL 4323/2023

PRL n.1

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2024.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO

Relatora



* C D 2 4 9 4 0 2 6 5 8 5 0 0 *



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD249402658500>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro